



Plano Anual de Actividades 2008

Janeiro 2008

ÍNDICE

1. OBJECTIVOS	7
2. ACTIVIDADES A DESENVOLVER	11
2.1. SOCIEDADE	12
Mobilidade - Impactos e Potencialidades	12
Crenças, Mitos e Paradoxos da Sociedade da Informação	13
Literacia Digital e Certificação de Competências	14
Cidadãos com Necessidades Especiais e Acessibilidade	15
Aproximar Gerações na Sociedade da Informação	16
Os Cidadãos Seniores na Sociedade da Informação	17
A Evolução das Cidades e a Transformação da Vida Urbana Decorrentes da SI	18
A Eco-eficiência das Organizações - Contributos da Sociedade da Informação na Gestão Energética	19
O Impacto da Virtualização nos Indivíduos e nas Organizações	20
Os Desafios da Economia da Informação (Fase 2)	21
Evento de Realidade Mista sobre o <i>Second Life</i>	22
2.2. MERCADO & TECNOLOGIAS	23
Ciência de Serviços - Uma Nova Área de Conhecimento	23
Impacto das Novas Regulações (<i>Basileia II, Sarbanes-Oxley</i> e outras) no Contexto da Sociedade da Informação	24
<i>Open Standards</i> na Sociedade da Informação	25
Internacionalização das Empresas Portuguesas no Domínio das TICs - Barreiras e Oportunidades	26
A INTERNET - Das Pessoas às Coisas	27
Tecnologias, Processos e Competências no sector Financeiro	28

2.3.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	29
	Ponto de situação da Administração Pública Electrónica - A Integração de Processos <i>end-to-end</i>	29
	Serviços Partilhados na Administração Pública	30
	Reutilização da Informação do Sector Público - Expectativas e Realidades	31
2.4.	ACTIVIDADES REGULARES	32
	<i>Fórum</i> da Arrábida - Repensar o Futuro da Sociedade da Informação: Como Mobilizar Portugal?	32
	Reforço da componente internacional da APDSI	34
	Prémios e Homenagens "Sociedade da Informação"	35
	Prémio "Personalidade do Ano no domínio da Sociedade da Informação"	35
	Prémio Editorial "Sociedade da Informação" 2008.....	36
	Homenagem a "Uma Vida"	37
	Olimpíadas da Informática 2008	38
	Debate com os Partidos Políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento	39
	Barómetro da Sociedade da Informação	40
	Grupo de Alto Nível (GAN)	41
	Grupos Permanentes no âmbito da APDSI	42
	Grupo "Negócio Electrónico" (GNE)	43
	Grupo "Educação" (GE).....	43
	Grupo "Justiça" (GJ)	44
	Grupo "Saúde" (GS)	44
	Grupo " <i>Fórum</i> Profissional" (GFP)	46
	Fórum do Direito na Internet	47
	Prémios Escolares APDSI.....	48
2.5.	OUTRAS ACTIVIDADES	49
	Obtenção do Estatuto de Utilidade Pública para a APDSI.....	49
	Bolsa de Equipamento Informático Usado, para Fins de Natureza Social	50

Glossário da Sociedade da Informação - Versão 2008	51
Participação de Portugal na IFIP	52
2.6. EM CURSO.....	53
A Sociedade da Informação como Potenciadora das Actividades das ONGs.....	53
O Desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal	54
Condicionantes Económicas da Construção da Sociedade da Informação	55
Promover a Inclusão pela Via da Sociedade da Informação e do Conhecimento	56
Modelos de Governação na Sociedade da Informação e do Conhecimento	57
O Consumidor na Sociedade da Informação	58
A Competitividade da Indústria Portuguesa e a sua Relação com o Desenvolvimento da Sociedade da Informação.....	59
Parcerias Público-Privado (PPP) no Contexto da Sociedade da Informação.....	60
Administração Pública Local - Perspectivas de Desenvolvimento no Âmbito da Sociedade da Informação.....	61
Evolução do Analógico para o Digital no Domínio do Trabalho.....	62
As TICs para um Mundo Mais Seguro	63
Comunidades de Prática no Espaço Digital	64
Art. 35º da Constituição Portuguesa - Número Único Sim ou Não?	65
Os Desafios da Economia da Informação (Fase 1)	66
RFID no Quotidiano da Sociedade.....	67
Factura Electrónica Instrumento da Sociedade da Informação	68
Ponto da Situação das Compras Públicas no Contexto da Sociedade da Informação	69
e-Justiça (Fase 2).....	70
Geo-Competitivo II: Arquitecturas Organizacionais Suportadas em Informação Espacial.....	71
3. CONCLUSÕES	72

1. OBJETIVOS

O Plano que se apresenta pretende dar continuidade às actividades desenvolvidas pela Associação em anos anteriores e ser a base de referência da intervenção da APDSI, no sentido de estimular e dinamizar a concretização das expectativas, oportunidades e benefícios que o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento poderá trazer a Portugal.

Num mundo em contínua evolução importa que, de uma forma permanente, sejamos capazes de nos interrogar sobre o modo como as coisas acontecem e as razões pelas quais muitas outras não se materializam. De uma forma criativa e construtiva obrigamo-nos a contribuir para uma dinâmica que ajude a entender e a desenvolver uma sociedade moderna onde a informação e o conhecimento sejam o suporte do desenvolvimento.

A necessidade de perspectivar o futuro é uma constante em todos os países em que se acredita que a Sociedade da Informação e do Conhecimento é um dos eixos do desenvolvimento.

No caso português, o País poderá encontrar na APDSI um parceiro mobilizador de ideias e de acções.

Tal como no Plano do ano anterior pretende-se que os resultados das diferentes actividades, nomeadamente estudos a realizar por especialistas, *workshops*, manifestos ou cartas de intenções, envolvendo entidades com intervenção relevante na Sociedade, possam ser considerados como contributos de alto valor na definição de políticas para a Sociedade da Informação e do Conhecimento. Em particular, o contributo do GAN - "Grupo de Alto Nível" tem sido determinante para o posicionamento da APDSI como uma voz da sociedade civil com pensamento estruturado em relação aos grandes temas que se enquadram no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento

Neste Plano de Actividades a organização das iniciativas segue a lógica implícita nos fins a que cada uma se destina. Assim, o primeiro conjunto refere-se a iniciativas orientadas à 'Sociedade', o segundo visa o 'Mercado e as Tecnologias' e o terceiro a 'Administração Pública'.

Incluem-se também categorias respeitantes a 'Actividades Regulares', a 'Outras Actividades' de carácter híbrido e, finalmente, as "Actividades em curso" as quais transitaram do Plano de Actividades anterior e que têm a sua conclusão prevista para 2008.

O espírito de mobilização subjacente a este Plano leva à inclusão de actividades de Grupos Permanentes em áreas estruturantes nomeadamente nos domínios da Saúde, Justiça, Educação, Negócio Electrónico para além do Fórum Profissional.

Todas estas actividades, muito em especial as que requerem intervenção altamente qualificada de recursos humanos, só são exequíveis com o empenhamento directo dos sócios da APDSI. Os sócios individuais contribuem como autêntico capital humano, e os sócios institucionais contribuem com recursos financeiros e também com capital humano.

O Plano de Actividades da Associação é o fruto desta generosa simbiose.

2. ACTIVIDADES A DESENVOLVER

2.1. SOCIEDADE

A sociedade em que vivemos é marcada por uma cultura de mobilidade, fortemente potenciada pelo desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias. Uma parte muito significativa das comunicações móveis de voz são já efectuadas dentro dos edifícios, existindo uma grande aposta de quase todos os intervenientes das TICs na oferta de soluções convergentes de mobilidade para voz, dados e Internet recorrendo às mais variadas tecnologias de acesso, de que são exemplo *Bluetooth, GSM, UMTS, WLAN, VSAT, LMDS, DAB, DVB* ou *xDSL*.

O suporte à itinerância é uma característica fundamental na oferta de Redes Privadas Virtuais e de soluções empresariais - *Business Everywhere* - sendo o *WiFi* uma das modalidades que mais suporta essa itinerância, na linha de uma convergência activa de tecnologias no sentido da ubiquidade computacional.

Este estudo pretende perceber de que modo o conceito de mobilidade afecta já hoje o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento, bem como as suas tendências de evolução. Importa avaliar o impacto do conceito ao nível da organização da vida em sociedade, que oportunidades e ameaças para as organizações, as empresas e o quotidiano dos cidadãos. Que novos modelos de negócio se perspectivam?

Mobilidade - Impactos e Potencialidades

Nº: 1084

Natureza: Estudo

Líder: Francisco Tomé

A noção de Sociedade da Informação interioriza, no período histórico que estamos a viver, um conjunto de crenças, mitos e mesmo paradoxos. Estas são, ao mesmo tempo, expressões de necessidades e aspirações e também de receios, de “magias” e contradições, percebidas das mais variadas formas pelos diferentes intervenientes sociais.

Alguns cientistas sociais e investigadores falam da Sociedade da Informação como correspondendo a uma certa forma de ideologia. Cremos que será importante estudar e explorar esta perspectiva sobre a Sociedade da Informação. Assim, este estudo pretende fazer uma reflexão sobre a sociedade da informação centrada numa perspectiva sociológica, no sentido de identificar, confrontar e compreender relações e dinâmicas inerentes ao entendimento e à percepção dessa mesma sociedade.

Importa analisar as contradições entre o que imaginamos serem os factos e o que eles são realmente (percepção da Sociedade da Informação), e que são introduzidos pela revolução das TIC num contexto de uma economia globalizada e globalizante.

A apropriação dos benefícios da sociedade da informação é fortemente determinada pela capacidade de podermos navegar numa área em que o processo de conhecimento nem sempre se apresenta linear e lógico, e também pela capacidade de se vislumbrar para além do que parece ser evidente. Este estudo pretende ser uma contribuição nesse sentido.

Crenças, Mitos e Paradoxos da Sociedade da Informação

Nº: 1043

Natureza: Estudo

Líder: Conceição Casanova

A Sociedade da Informação e do Conhecimento exige literacia digital em todo o espectro da sociedade. Embora a aprendizagem possa ocorrer de forma quase espontânea em certas situações, como acontece com muitas crianças e muitos jovens confrontados muito cedo com experiências de utilização, ela requer na generalidade das situações padrão, formação devidamente orientada.

A oferta de formação nas matérias básicas das tecnologias de informação e das comunicações deverá ser universal. O sistema de ensino e a formação ao longo da vida devem proporcionar um conjunto de oportunidades suficiente para assegurar a literacia digital de toda a população.

A certificação de competências é um estímulo positivo à obtenção de níveis adequados de literacia digital com reconhecimento no mercado de trabalho.

Importa avaliar as implicações da literacia digital tanto no êxito das reformas da administração pública electrónica, como no aumento da competitividade do tecido empresarial. A clarificação desta temática permitirá definir o adequado posicionamento da certificação de competências na melhoria da literacia digital.

A APDSI dispõe-se a promover um Manifesto tendente a incentivar a sociedade portuguesa para a generalização de competências básicas, certificadas internacionalmente, no âmbito das tecnologias da sociedade da informação.

Literacia Digital e Certificação de Competências

Nº: 1046

Natureza: Manifesto

Líder: Direcção APDSI

Existe uma responsabilidade da sociedade para com os cidadãos que, por razões de ordem diversa, têm necessidades especiais. O desenvolvimento da Sociedade da Informação traz benefícios e vantagens, permitindo uma melhor integração daqueles cidadãos e, ao mesmo tempo melhorando a sua qualidade de vida, a sua capacidade de intervenção social e o seu nível de autonomia.

Os benefícios da Sociedade da Informação representam uma oportunidade de cidadania, capaz de reduzir os riscos de exclusão e de conduzir a uma maior integração na vida activa.

Pretende-se levar a cabo um estudo em que se inclua o levantamento das experiências em curso e o seu confronto com as expectativas existentes, bem como a identificação dos estrangulamentos processuais, regulamentares e organizacionais ao seu desenvolvimento.

O estudo deverá identificar um conjunto de objectivos para o pleno aproveitamento dos benefícios da Sociedade da Informação por parte dos cidadãos com necessidades especiais, nomeadamente no que diz respeito aos aspectos de acessibilidade.

Cidadãos com Necessidades Especiais e Acessibilidade

Nº: 1066

Natureza: Estudo

Líder: Adalberto Fernandes

As pessoas desenvolvem-se socialmente através da transmissão da cultura de geração para geração, reflectindo as inovações sociais e tecnológicas características de cada período histórico.

Na actual Sociedade da Informação em que vivemos, convivem várias gerações com culturas e experiências social e tecnologicamente diferentes. Existem hoje novas formas de crescer, aprender e trabalhar, assim como novas formas de enfrentar o envelhecimento.

Não é apenas a faixa etária, mas também a cultura, a literacia e a experimentação tecnológica que determinam cada geração, tornando muitas vezes difícil a convivência entre diversas gerações na mesma sociedade.

Nunca como hoje se colocaram tantos desafios na coexistência de gerações diferentes, numa sociedade caracterizada pela aceleração tecnológica, capaz de suscitar rupturas com práticas culturais muito diferentes e dessincronizadas entre si.

Crianças, adolescentes, adultos activos e idosos convivem hoje na mesma Sociedade da Informação, com experiências banais para uns ou surpreendentes para outros, questionando-se muitas vezes os conhecimentos e as relações de autoridade entre gerações diferentes.

A APDSI, reconhecendo os desafios deste tema, decidiu lançar um estudo sobre a aproximação das gerações na Sociedade da Informação.

Aproximar Gerações na Sociedade da Informação

Nº: 1088

Natureza: Estudo

Líder:

Os Cidadãos Seniores na Sociedade da Informação

Os cidadãos seniores têm muito a beneficiar na Sociedade da Informação. As comunidades de interesses podem contribuir para preencher a sua disponibilidade de tempo adicional, motivando actividades lúdicas, culturais ou científicas que dêem sentido a períodos de tempo que, de outro modo, poderiam ficar vazios.

A interacção com familiares através da troca de fotografias, vídeos ou simples mensagens, incluindo o contacto telefónico via IP, pode permitir manter laços familiares coesos, sem dificuldade aparente e a muito baixo custo.

A segurança e a monitorização do estado de saúde física e mental dos cidadãos seniores são áreas muito extensas de aplicação de instrumentos da Sociedade da Informação.

Os exemplos anteriores mostram que este grupo etário constituirá no futuro um mercado apetecível para muitos produtos e serviços da sociedade da informação.

Há igualmente consciência que este grupo etário representa um conjunto expressivo de necessidades, constituindo um repositório de conhecimentos e experiência, cuja abordagem sistemática está por fazer, num contexto de envelhecimento activo.

Abrir pistas de desenvolvimento deste segmento, numa perspectiva de se oferecer serviços úteis aos cidadãos seniores e de viabilizar o seu contributo activo, para além dos benefícios tradicionais da sociedade da informação, será o objecto deste estudo. A formação para o desenvolvimento da literacia digital não será naturalmente descurada.

Nº: 1089

Natureza: Estudo

Líder:

O objectivo desta iniciativa consiste em explorar e perceber o papel dos mecanismos associados à Sociedade da Informação e do Conhecimento no desenvolvimento dos espaços urbanos, por forma a torná-los mais atractivos e mais capazes de oferecer uma melhoria sustentada da qualidade de vida dos seus utilizadores (individuais e colectivos) e com um maior envolvimento destes nas tomadas de decisão.

O desenvolvimento das TICs, nomeadamente nas áreas das tecnologias *wireless*, dos *smart devices*, da computação ubíqua, dos sistemas biometricos ou das redes sensoriais potenciam de uma forma marcante a criação de ambientes inteligentes com impacto importante no desenho evolutivo das cidades.

As pessoas, os edifícios e outras infraestruturas poderão ser capazes de interagir digitalmente trocando informação inteligente e assumindo-se como entidades simultaneamente reais e virtuais. Deste modo os arquitectos e designers terão de desenvolver os espaços urbanos segundo aquelas duas realidades.

A Sociedade da Informação deverá ser assim uma parte importante na planificação urbana com impacto em áreas importantes de que são exemplos a melhoria da coesão social, arquitectura e design, os transportes, a segurança ou o interfuncionamento de sistemas e infraestruturas.

Constitui campo de reflexão o modo de conseguir uma maior “felicidade urbana” e uma prosperidade e bem-estar gradualmente melhores para os seus habitantes, quer sejam pessoas ou organizações.

A Evolução das Cidades e a Transformação da Vida Urbana Decorrentes da SI

Nº: 1090

Natureza: Conferência e Estudo

Líder: Francisco Tomé

O Ambiente do planeta está em risco - a emissão de gases de efeito de estufa está a alterar o clima da Terra. Se quisermos assegurar um futuro melhor, é inevitável que promovamos a indução de mudanças nos nossos comportamentos - tanto individual como colectivamente.

Para garantirmos a manutenção das condições de vida humana actuais devemos encarar todas as medidas possíveis no sentido de se reduzir a emissão dos Gases com Efeito de Estufa, o que corresponde ao grande objectivo do Protocolo de Quioto.

Essas medidas deverão ser integradas em estratégias ambientais - globais e sectoriais, nacionais e regionais - com o objectivo de contribuírem para a melhoria do ambiente e para o desenvolvimento sustentável, minimizando o impacto ambiental e procurando induzir boas práticas e alterações de comportamentos dos indivíduos e da sociedade em geral.

É fundamental que as organizações - públicas e privadas - assumam participações cívicas e empreendedoras face a este grande desafio mundial para a preservação do Ambiente, como parte da sua responsabilidade social.

A APDSI pretende promover um estudo que analise as principais questões relacionadas com a eco-eficiência das organizações em diferentes vertentes, no quadro da sociedade da informação, e que produza um conjunto de recomendações tão práticas quanto possível.

Este estudo enquadra-se na problemática da eco-eficiência das organizações, e pretende abordar serviços, tecnologias e estratégias que possam viabilizar a melhoria da eficiência das infra-estruturas e sistemas no que se referem à gestão energética.

A Eco-eficiência das Organizações – Contributos da Sociedade da Informação na Gestão Energética

Nº: 1091

Natureza: Estudo

Líder: Luis Mira Amaral

A virtualização de muitos aspectos da nossa vida diária e corrente começa hoje a ter alguma expressão.

O relacionamento entre indivíduos, entre estes e as organizações (públicas ou privadas) ou mesmo entre organizações bem como o modo como se reveste a natureza dos próprios indivíduos e dessas organizações irão ter impacto em múltiplos aspectos nomeadamente de ordem sociológica, económica, organizacional e legal.

Este estudo pretende analisar o impacto que a virtualização, entendida em sentido lato, exerce sobre as organizações e os indivíduos bem como perspectivar cenários para a sua evolução e futuros impactos.

O Impacto da Virtualização nos Indivíduos e nas Organizações

Nº: 1092

Natureza: Estudo

Líder:

Existem múltiplos paradoxos decorrentes da chamada “economia da Informação” que inspiraram nos últimos anos pensamentos controversos por parte de vários autores. Na medida em que a disponibilidade da tecnologia aumenta e os custos diminuem, alguns autores preferem classificar as TIC como mercadorias (*commodities*), passando a ser cada vez menos determinantes do ponto de vista estratégico.

As novas regras da concorrência, as transformações nos vários sectores, o funcionamento das novas empresas e ambientes operacionais interligados em rede, as novas ferramentas de negócio electrónico (*e-business*), a administração pública electrónica (*e-government*), a universalidade do acesso e a exclusão social, são alguns dos temas críticos na emergência da moderna Economia da Informação.

Hoje em dia é incontestável a representatividade de produtos e serviços baseados na informação e no saber, de relevância económica crescente, que em virtude do seu baixo custo de reprodução e de distribuição lançam novos desafios e novas questões e desencadeiam novas oportunidades.

Numa primeira fase a APDSI elaborou um estudo sobre o estado e as tendências da Economia da Informação em Portugal. Pretende-se agora dar continuidade a esse estudo, abordando dimensões que na primeira análise se revelaram susceptíveis de aprofundamento.

Os Desafios da Economia da Informação (Fase 2)

Nº: 1044-02

Natureza: Estudo

Líder: Joaquim Alves Lavado

Pretende-se neste seminário analisar de um ponto de vista social, económico e tecnológico os aspectos mais relevantes que têm estado associados ao aparecimento e desenvolvimento do *Second Life* bem como perspectivar o modo como poderá evoluir.

Em particular, os aspectos relacionados com o efeito nos comportamentos e valores das novas gerações são susceptíveis de atrair atenção especial.

Revestindo-se também de uma forma didáctica, este seminário pretende apresentar-se como um evento de realidade mista, simultaneamente a decorrer num espaço real, bem como num auditório virtual em ambiente *Second Life*.

Será possível avaliar e mostrar o modo como as interacções entre aqueles dois mundos se podem complementar.

Evento de Realidade Mista sobre o *Second Life*

Nº: 1093

Natureza: Seminário

Líder:

2.2. MERCADO & TECNOLOGIAS

O trabalho interdisciplinar na vida profissional de hoje é uma constante, justificando-se cada vez mais a adopção de abordagens científicas e de melhores práticas enquadradas por áreas de conhecimento e de acção sinérgicas.

Algumas universidades e empresas do sector das TICs, têm vindo a promover a constituição de uma nova disciplina de conhecimento, designada por “Ciências dos Serviços, Gestão e Engenharia” (em inglês “*Services Science, Management and Engineering*” - *SSME*) ou abreviadamente Ciência dos Serviços.

As bases teóricas da Ciência de Serviços provêm das áreas da Economia, da Gestão, da Informática, da Engenharia, do Direito, e da Sociologia das organizações, e em que cada uma delas fornece perspectivas importantes sobre a evolução da economia da informação e dos serviços.

Considerando que esta é uma abordagem relevante para os indivíduos e as organizações, e por isso à Sociedade, pretende-se que este estudo analise e fomente a discussão do tema, auxiliando dessa forma a divulgação das bases desta nova disciplina de conhecimento e a sua projecção na Sociedade.

Ciência de Serviços – Uma Nova Área de Conhecimento

Nº: 2078

Natureza: Estudo

Líder: Luís Vidigal

As regulamentações com impacto evidente nas organizações e na sociedade, e que estão na sua maior parte relacionadas com preocupações de gestão e de controlo de riscos e com segurança da informação na Era Digital, tornaram-se uma realidade que não pode nem deve ser minimizada.

Se antes só algumas empresas dedicavam atenção à conformidade regulatória (através de controlos da sua infra-estrutura ou da segurança da “sua” informação), hoje em dia tanto as pequenas como as grandes empresas esforçam-se para avaliar, testar e documentar os seus controlos internos para SOX (*Sarbanes-Oxley*), as suas práticas para HIPAA (*Health Insurance Portability and Accountability Act*), ou as suas salvaguardas básicas para GLBA (*Gramm-Leach-Bliley Act*), para o acordo *Basileia II*, ou para outras regras legais.

A gestão e controlo dos riscos e a conformidade de processos correspondem a um esforço continuado com forte impacto nas organizações (na sua governação, nos seus processos de funcionamento, no seu relacionamento com os fornecedores de serviços e com os seus clientes) e também na Sociedade.

Este estudo pretende levantar os impactos mais significativos das principais regulamentações actuais, que condicionam (ou potenciam) as actividades das organizações e da própria Sociedade, no sentido de termos uma melhor percepção de conjunto dos impactos (avaliando principalmente constrangimentos, ameaças e oportunidades).

Impacto das Novas Regulções (*Basileia II*, *Sarbanes-Oxley* e outras) no Contexto da Sociedade da Informação

Nº: 2082

Natureza: Estudo

Líder: Vasco D’Orey

Uma das características definidoras da Sociedade da Informação é o facto de ser uma sociedade em rede, uma sociedade na qual a partilha de informação e a construção colaborativa de conhecimento constituem a base das suas dinâmicas estruturantes.

Neste contexto, o desenvolvimento e adopção generalizada de standards abertos constitui, mais do que uma necessidade pragmática de construção extensiva de um ambiente “plug&play”, um imperativo de sustentabilidade e desenvolvimento em rede.

A APDSI, através desta iniciativa, pretende conduzir uma reflexão sobre o “estado da arte” neste domínio, identificar bloqueios e estímulos, bem como avaliar os contributos potenciais da Sociedade Civil para a dinamização do desenvolvimento e defesa das normas abertas como património comum de dimensão civilizacional.

Open Standards na Sociedade da Informação

Nº: 2094

Natureza: Estudo

Líder:

Num “mundo plano” as oportunidades nos mercados de produtos de “conhecimento aplicado” são, por definição, globais e, por isso, cada vez menos condicionadas por mecanismos de nacionalidade ou de localização, embora se mantenha relevante a “marca País” de origem.

Neste novo contexto vamos assistindo a alguns êxitos, por parte de empresas nacionais, na exploração de oportunidades de integração em cadeias de valor globais de serviços e plataformas de produtos de conhecimento.

Com esta iniciativa a APDSI, consciente da importância para o desenvolvimento nacional deste quadro de orientação estratégica empresarial, sobretudo como indutor de emprego altamente qualificado, das condições de competitividade e da imagem internacional e atractividade do País, pretende analisar alguns casos de sucesso identificando as barreiras e oportunidades mais relevantes.

“Como pode a Sociedade Civil mobilizar-se para criar um ambiente indutor de oportunidades neste domínio?” - Questão a que se procurará dar resposta através da dinamização de uma conferência sobre este tema.

Internacionalização das Empresas Portuguesas no Domínio das TICs – Barreiras e Oportunidades

Nº: 2095

Natureza: Conferência

Líder:

O termo “Internet das Coisas” surgiu há pouco tempo e refere-se a um conjunto de tecnologias e disciplinas de investigação que possibilitem à Internet entrar no mundo dos objectos físicos.

Tecnologias como a RFID, comunicações sem fios de curto alcance, localização em tempo real e redes de sensores estão a tornar-se comuns, trazendo a “Internet das Coisas” para um uso crescentemente quotidiano.

Essas tecnologias vão desvendando um futuro em que se interliga o mundo físico ao ciberespaço, num desenvolvimento que não é só relevante para os investigadores, mas também para empresas e indivíduos.

Actualmente, a maior parte das referências públicas à “Internet das Coisas”, estão associadas à utilização de soluções baseadas em RFID - englobando processos que ultrapassam a simples utilização de etiquetagem automática, e que suscitam reacções da sociedade.

A própria UE atribui muita importância a projectos neste domínio, o que por si só, aconselha a que o tema seja discutido publicamente de forma tão alargada quanto possível, com a preocupação de informar o cidadão e as organizações.

Por outro lado, é muito importante que se promova alguma reflexão pública sobre a mudança que se prefigura com a adopção de novos tipos de utilização da Internet, nomeadamente sobre os impactos previsíveis na sociedade e na economia.

A INTERNET – Das Pessoas às Coisas

Nº: 2096

Natureza: Estudo

Líder:

O sector financeiro é, na Europa, aquele onde é mais intenso o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Um estudo recente demonstra que é este o sector onde mais pessoas trabalham com computador (92,9%) e têm acesso à Internet e ao email (81,6%).

A utilização de TIC neste sector apresenta, ainda, uma outra característica que, não sendo da sua exclusividade, é de enorme relevância operacional - o processo produtivo é suportado pelas tecnologias de informação. Por outro lado, a generalidade dos estudos de mercado confirma que o sector financeiro se destaca claramente na intensidade de investimento em TIC, sendo por isso, enquanto cliente, um sector de enorme relevância para aquela indústria.

Neste contexto, pretende-se realizar uma conferência, denominada genericamente como “Tecnologias, Processos e Competências no Sector Financeiro”, e que constituirá uma iniciativa que, com alguma regularidade, permitirá aos mais diversos profissionais um espaço de encontro e reflexão sobre estas temáticas. Com esta iniciativa pretende-se facilitar a ligação entre o mundo académico, do desenvolvimento dos conceitos e das metodologias, e o mundo prático da sua aplicação.

Pela importância das TIC no sector financeiro, e pela sua importância para a indústria das TIC, esta iniciativa dever-se-á constituir como espaço de análise e de reflexão acerca do impacto concreto da utilização das TIC, avaliando os efeitos num dos sectores onde essa utilização é mas intensa.

Tecnologias, Processos e Competências no sector Financeiro

Nº: 2097

Natureza: Estudo

Líder:

2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A passagem de uma administração pública tradicional e burocrática para uma administração pública electrónica (*e-Government*) tem sido uma bandeira política dos governos em todo o mundo e Portugal não tem fugido a esta regra.

Atendendo aos avanços significativos já conseguidos no domínio do contacto com o cidadão importa agora passar a uma fase de integração de processos end-to-end mais profunda que permita realizar a totalidade dos benefícios que a administração pública electrónica pode propiciar com especial incidência nos processos básicos.

Na sequência de idêntico *workshop* realizado anualmente desde 2003, justifica-se continuar a dinamizar uma reflexão sobre os sucessos alcançados e os constrangimentos que ainda bloqueiam o desenvolvimento da administração pública electrónica no nosso país.

A integração de processos *end-to-end* será o tema do *workshop* do presente ano.

Ponto de situação da
Administração Pública
Electrónica – A Integração
de Processos *end-to-end*

Nº: 3013-06

Natureza: *Workshop*

Líder: Luís Vidigal

Nos últimos anos temos assistido à proliferação do modelo de serviços partilhados (*shared services*) na maioria das grandes empresas e grupos económicos, em que se tornaram óbvias as vantagens de concentrar numa única unidade organizacional os serviços de apoio comuns e transversais, em áreas como a gestão financeira, os recursos humanos, os recursos patrimoniais e logísticos, o apoio jurídico, as tecnologias de informação, o arquivo e a gestão documental entre outras.

A Administração Pública, pela sua grande complexidade e dimensão, é sem dúvida um dos sectores onde as vantagens da aplicação deste modelo organizacional são mais evidentes.

Os últimos três Governos tornaram evidente a opção pelos serviços partilhados no sector público, por razões de curto prazo como a implementação do POC/P, a mobilidade de recursos humanos e as compras públicas, mas também como um imperativo de redução da despesa pública, através da racionalização dos recursos humanos e das suas competências.

Para além das suas vantagens do ponto de vista funcional e económico, a sua implementação está longe de ser pacífica aos olhos dos vários intervenientes neste processo de mudança.

Dada a actualidade do tema, a APDSI decidiu organizar uma conferência neste domínio, contribuindo para o debate e esclarecimento da situação actual e perspectivas da aplicação do modelo de serviços partilhados à Administração Pública.

Serviços Partilhados na Administração Pública

Nº: 3098

Natureza: Conferência

Líder:

A APDSI organizou em Novembro de 2004 uma conferência subordinada ao tema “A Informação do Sector Público: Acesso, reutilização e comercialização”, nas vésperas de terminar o prazo de transposição para a legislação portuguesa da Directiva 2003/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho. Entretanto em 2005 a Comissão Europeia iniciou um processo judicial contra Portugal, junto do Tribunal de Justiça Europeu, pela não aplicação desta Directiva.

Em Agosto de 2007, foi publicada a Lei 46/2007, que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, transpondo finalmente para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2003/98/CE, relativa à reutilização de informações do sector público.

A informação do sector público é um recurso com um enorme potencial económico, pois representa uma matéria-prima para novos serviços e produtos de valor acrescentado com um valor estimado entre 10 e 48 mil milhões de Euros só na União Europeia, permitindo a criação em larga escala de novos empregos e novas indústrias de informação.

Torna-se deste modo oportuno que a APDSI revise este tema, através de um estudo sobre o ponto de situação e perspectivas da reutilização de informações do sector público, como instrumento de cidadania e como factor de desenvolvimento económico do país.

Reutilização da Informação do Sector Público – Expectativas e Realidades

Nº: 3099

Natureza: Estudo

Líder:

2.4. ACTIVIDADES REGULARES

Este encontro vem na continuidade dos encontros anuais realizados desde 2002 e tem como objectivo reunir um conjunto de personalidades que possam em conjunto, e de diferentes perspectivas, reflectir e explorar novas ideias e entendimentos sobre o que será o futuro da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal e num mundo que, como sabemos, é cada vez mais complexo e incerto colocando-nos perante constantes desafios individuais e colectivos.

Pretende-se continuar um processo de análise e de reflexão sobre o que imaginamos ser o caminho para melhor desenvolvermos e endogeneizarmos os benefícios de uma sociedade baseada na informação e no conhecimento.

Discutir ideias, baseados em necessidades, valores e modos de comportamento em que acreditamos hoje, mas que permitam também posicionar-nos para além das nossas rotinas diárias e considerar papéis e intervenções alternativas a esses quotidianos é também um objectivo a alcançar.

Pensar no futuro implica tentarmos perceber de que modo a sociedade, como um todo, influencia a inovação tecnológica e a adopção de novas tecnologias, e noutro sentido, explorar de que forma estas vão ao encontro das necessidades dos cidadãos, dos diferentes grupos sociais, dos agentes económicos e das instituições em geral.

Este ano pretende-se em consonância com as recomendações do Grupo de Alto Nível da APDSI levar a cabo uma reflexão sobre uma visão do país que se pretende construir, capaz de mobilizar e co-responsabilizar para esse projecto todos os actores da vida económica e social.

*Fórum da Arrábida –
Repensar o Futuro da
Sociedade da Informação:
Como Mobilizar Portugal?*

Os resultados destas reflexões, sob a forma de conclusões do encontro, serão entregues aos Grupos Parlamentares, Membros do Governo, empresas e instituições associadas, para além da divulgação através da Internet e da Comunicação Social. Trata-se assim de um contributo da Associação para que o País não desperdice as oportunidades emergentes.

Nº: 4016-07

Natureza: Encontro de Reflexão

Líder: Direcção APDSI

A APDSI assumiu como vector estratégico de desenvolvimento o reforço da sua componente internacional.

Para além da participação na IFIP, descrita noutro ponto deste Plano, assumem-se como objectivos a curto prazo uma participação activa na próxima Cimeira Mundial da Sociedade da Informação (WSIS) e o estabelecimento de ligações institucionais a nível da União Europeia.

No domínio do estabelecimento de relações com organismos internacionais relevantes torna-se importante a clarificação da representação nacional na organização *CEPIS - Council of European Professional Informatics Societies*.

Reforço da componente internacional da APDSI

Nº: 4019-01

Natureza: Organização da Associação

Líder: Direcção APDSI

Desde o início da sua actividade que a APDSI promove anualmente a atribuição de um conjunto de prémios e homenagens, no espírito das várias iniciativas promovidas no sentido do desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

Os Prémios “Sociedade da Informação” - “Personalidade do Ano” e “Editorial” - são entregues em cerimónia conjunta.

Na mesma cerimónia é também prestada a Homenagem a “Uma Vida”.

Prémios e Homenagens “Sociedade da Informação”

Nº 4018

Líder: Direcção APDSI

Este prémio tem por objectivo destacar e galardoar anualmente uma personalidade que se tenha distinguido pelo seu contributo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

O prémio tem o patrocínio das empresas *Oracle* e *Sun Microsystems*, contando também com o apoio do Jornal Expresso.

Prémio “Personalidade do Ano no domínio da Sociedade da Informação”

Nº: 4018-07

Natureza: Prémio

Líder: Direcção APDSI

O “Prémio Editorial Sociedade da Informação 2008” enquadra-se no espírito das mais variadas iniciativas públicas e privadas para o desenvolvimento da sociedade digital e destina-se a reconhecer, distinguir e estimular a publicação de trabalhos - tanto na forma impressa como na forma digital - enquanto contributo para o progresso da Era da Informação em Portugal

O tema obrigatório deste concurso é “Sociedade da Informação - Presente e Futuro”.

São admitidos a concurso trabalhos:

- (a) que tenham sido produzidos e publicados na imprensa escrita portuguesa (nacional e regional) e/ou no ciberespaço (em blogues ou em sítios jornalísticos na *World Wide Web*), no período de 1 de Julho de 2007 a 31 de Junho de 2008;
- (b) e que sejam da autoria de jornalistas e de alunos finalistas de cursos superiores de Comunicação Social ministrados por estabelecimentos de ensino portugueses e oficialmente reconhecidos.

Prémio Editorial “Sociedade da Informação” 2008

Nº: 4018-08

Natureza: Prémio

Líder: Direcção APDSI

Pretende-se homenagear postumamente uma personalidade que, ao longo da sua vida, se tenha distinguido pelo contributo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal.

Em 2008 tem lugar a terceira edição desta Homenagem.

Homenagem a “Uma Vida”

Nº: 4018-09

Natureza: Homenagem

Líder: Direcção APDSI

Dando continuidade a uma actividade inicialmente conduzida pela Associação Portuguesa de Informática (API), a APDSI assumiu a realização das Olimpíadas Nacionais de Informática.

Consiste num concurso de programação dirigido aos alunos das escolas secundárias, em que a equipa vencedora de cada edição nacional participa nas Olimpíadas Internacionais de Informática, a realizar num país anfitrião.

A componente técnica desta actividade é gerida pelo Departamento de Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

O sucesso desta iniciativa tem sido crescente, tanto em interesse e intensidade das participações, como em número de alunos e de escolas, tendo as finais nacionais tido lugar em diversas regiões do país.

Olimpíadas da Informática 2008

Nº: 4035-04

Natureza: Concurso

Líder: Fernandes de Almeida e
Pedro Guerreiro

A primeira actividade pública da APDSI consistiu na realização de um debate com os Partidos Políticos sobre as “Estratégias para a Sociedade da Informação e do Conhecimento”, em 12 de Março de 2002, durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas desse ano.

Posteriormente entendeu-se de interesse a realização de um novo debate, sobre o mesmo tema, a meio do mandato do Governo que resultou dessas eleições, tendo esse debate ocorrido, por razões de carácter simbólico, a 12 de Março de 2004, no mesmo local da iniciativa original.

Durante o período de campanha eleitoral em 2005 o debate foi de novo levado a cabo, dentro do mesmo espírito de intervenção pública da sociedade civil no domínio da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Esta iniciativa voltará a realizar-se em futuros períodos eleitorais, e a meio da legislatura para avaliação das políticas governamentais no domínio da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Debate com os Partidos Políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento

Nº: 4036-05

Natureza: Debate Público

Líder: Direcção APDSI

O desenvolvimento da Sociedade da Informação constitui indubitavelmente um elemento chave no posicionamento competitivo das Nações no contexto da globalização.

Na inexistência de um acompanhamento estatístico sistemático adequadamente publicitado, não temos tido no nosso País uma percepção clara da evolução que se verifica em componentes importantes da realização de avanços no domínio da Sociedade da Informação em Portugal.

A APDSI, em colaboração com o jornal Expresso e com a empresa Eurosondagem, tem mantido um Barómetro regular, baseado num inquérito trimestral a um painel alargado e estável de especialistas, com o objectivo de obter uma síntese abrangente da percepção qualitativa geral acerca do desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

Torna-se importante analisar criticamente a experiência no sentido de incorporar os ajustamentos adequados a garantir a utilidade do Barómetro enquanto instrumento de acompanhamento da evolução da Sociedade da Informação.

Barómetro da Sociedade da Informação

Nº: 4058

Natureza: Barómetro

Líder: Direcção APDSI

O Grupo de Alto Nível (GAN) tem a missão de facultar à Associação, de uma forma sistemática e continuada, uma avaliação qualitativa e quantitativa da acção dos Órgãos de Soberania e de outras iniciativas relevantes na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento. O GAN contará como principais padrões de referência: o programa eleitoral, as Grandes Opções do Plano e o programa do Governo, estudos e estatísticas nacionais, da Comissão europeia, da OCDE, da UNESCO, e outros documentos que se julguem pertinentes.

O GAN é composto por um número ímpar de membros, seleccionados individualmente pela Direcção da Associação, e que, nessa sua colaboração com a APDSI, colocam o seu conhecimento, a sua experiência e esforço individual ao serviço da comunidade nacional.

A experiência e responsabilidades profissionais dos membros, constituem o principal valor do GAN - procurando-se que estejam representados vários sectores da economia e da sociedade portuguesa.

O GAN produz periodicamente um documento de posição sobre um tema de interesse nacional, procurando-se sempre que o mesmo seja pertinente, actual e relevante relativamente à Sociedade da Informação.

A acção do GAN constitui uma colaboração competente e interessada, ajudando a melhorar e/ou ajustar acções que o Governo esteja a desenvolver ou a planear, e que tenham impacto na Sociedade da Informação.

Grupo de Alto Nível (GAN)

Nº: 4059

Natureza: Grupo Permanente

Líder: APDSI – Presidente da Direcção

As diferentes áreas de actividade e sectores sociais que lideram a emergência da Sociedade da Informação, bem como os enquadramentos político-sociais, estrutural ou conjunturalmente relevantes, devem ser acompanhados de uma forma sistemática, permanente e cuidada.

Só assim, de uma forma descentralizada e multidisciplinar, será possível à APDSI criar as condições para emitir com oportunidade e rigor comentários e sugestões públicas sobre os diversos aspectos que afectam o desenvolvimento da Sociedade da Informação em áreas específicas com impacto no quotidiano dos cidadãos, das empresas e da administração pública.

Como alvo de acompanhamento sistemático, foram identificadas como prioritárias, as áreas temáticas “Educação”, “Justiça”, “Saúde”, “Negócio Electrónico” e “Fórum Profissional”.

Estes grupos foram constituídos recentemente, perspectivando-se assim a activação e acção continuada destes cinco grupos permanentes, no âmbito da APDSI, para assegurar, em cada área referida, os objectivos gerais enunciados.

Constitui um objectivo para melhorar a interacção da APDSI com a comunidade profissional das TIC a dinamização do espaço de diálogo e reflexão em tempo ocupado pelo Clube de Executivos de Informática. Neste sentido proceder-se-á ao lançamento de um Grupo Permanente para estruturar esta nova área de iniciativas

Grupos Permanentes no âmbito da APDSI

Nº: 4060

Natureza: Grupo Permanente

Assegurar a actividade, segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de grupos permanentes, de um grupo especializado que permita à APDSI acompanhar em permanência a temática do Negócio Electrónico.

Este grupo pretende levar a cabo, nomeadamente, as seguintes actividades:

- o Caracterização do domínio do negócio electrónico
- o Caracterização da realidade portuguesa e medidas para aumentar a adopção pelas empresas e pelos consumidores
- o Acessibilidade e soluções para humanos
- o *Standards*, legislação e interoperabilidade
- o Paradigmas emergentes (tecnologias, SOA, ubiquidade, integração de sistemas de apoio à decisão e de inteligência artificial)
- o Empresas Virtuais

Grupo “Negócio Electrónico” (GNE)

Nº: 4060-01

Líder: Ramiro Gonçalves

Co-Líder: Jorge Pereira

Assegurar a actividade, segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de grupos permanentes, de um grupo especializado que permita à APDSI acompanhar em permanência a temática da Educação.

Para além de outras iniciativas, o grupo deverá produzir, anualmente, um documento de posição sobre a leitura da situação observada em Portugal no seu domínio de análise.

Grupo “Educação” (GE)

Nº: 4060-02

Líder: Nuno Guarda

Co-Líder: Ana Paula Ferreira

Assegurar a actividade, segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de grupos permanentes, de um grupo especializado que permita à APDSI acompanhar em permanência a temática da Justiça.

No âmbito da abordagem de temas específicos, o Grupo elegeu para 2008 os seguintes temas:

- o Intervenção vertical - Sector da Justiça:
 - Acesso do Cidadão à Justiça
 - Democratização e modernização do processo legislativo
- o Intervenção horizontal - Sectores Económicos:
 - Resolução de conflitos - mediação e arbitragem sectoriais

O grupo prevê realizar em 2008 dois seminários.

Grupo "Justiça" (GJ)

Nº: 4060-03

Líder: Fernando Resina da Silva

Co-Líder: Graça Ermida

Assegurar a actividade, segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de grupos permanentes, de um grupo especializado que permita à APDSI dispor em permanência acompanhar em permanência um Fórum relacionado com as profissões mais directamente relacionadas com as TIC. Para além de outras iniciativas, o grupo deverá produzir, anualmente, um documento de posição sobre a leitura da situação observada em Portugal no seu domínio de análise.

Os objectivos estabelecidos por este grupo para 2008 são os seguintes:

1. Estruturar Equipas de Trabalho para assegurarem o desenvolvimento de áreas temáticas específicas.

Grupo "Saúde" (GS)

Nº: 4060-04

Líder: Maria Helena Monteiro

Co-Líder: Fernando Rodrigues

2. Considerar desde já as seguintes áreas temáticas, entre outras que possam surgir no seio do Grupo:
 - a. Acompanhamento da Política de Sistemas e Tecnologias de Informação no Sector da Saúde em Portugal
 - b. A Certificação de Soluções Informáticas para a Saúde
 - c. A Aceleração do Mercado de *eHealth* em Portugal (na senda da Europa) (“Accelerating the development of the eHealth Market in Europe” *eHealth Taskforce report 2007*)
3. Associar a cada área temática um Patrocinador - Este Patrocinador deverá apoiar na vertente substantiva do tema e na vertente de financiamento das acções e eventos escolhidos. Uma área temática poderá ter mais do que um Patrocinador.
4. Cada área temática, através da respectiva Equipa em articulação com o respectivo (s) Patrocinador (es) levará a cabo os trabalhos necessários para dar visibilidade do tema. Para tal seleccionará uma ou duas acções, ao longo de 2008, conforme o ponto 1 do capítulo anterior deste documento. A resultante de cada acção terá exposição pública e será igualmente apresentada no sítio da APDSI. A coordenação do Grupo apoiará cada equipa temática.

Assegurar a actividade, segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de grupos permanentes, de um grupo especializado que permita à APDSI dispor em permanência acompanhar em permanência um Fórum relacionado com as profissões mais directamente relacionadas com as TIC. Para além de outras iniciativas, o grupo deverá produzir, anualmente, um documento de posição sobre a leitura da situação observada em Portugal no seu domínio de análise.

Grupo "Fórum Profissional" (GFP)

Nº: 4060-05

Líder: António Pina

Co-Líder: António Maio

A realização de um conjunto de três sessões sobre as Leis Portuguesas na SI em Dezembro de 2005, em iniciativa conjunta da Ordem dos Advogados e da APDSI, conduziu à constatação de que não só havia interesse em aprofundar os temas então abordados (criminalidade informática, comércio electrónico e direito de autor) como em debater outras questões no mesmo âmbito.

Com este objectivo a APDSI, a Ordem dos Advogados e o Centro de Estudos Judiciários estão a preparar a constituição de um Fórum de Reflexão, congregando várias instituições e entidades, que concretize um debate multidisciplinar sobre estas questões.

A APDSI tem, ao longo dos anos, dedicado particular atenção aos problemas do cruzamento entre a Justiça e os desafios permanentes da Sociedade da Informação. É nossa convicção que a comunidade jurídica tem muito ganhar pela institucionalização de um fórum permanente de reflexão sobre estas matérias. Na verdade, todos os dias a sociedade é confrontada com a expansão do cibercrime, do governo electrónico, da contratação electrónica, da desmaterialização documental ou da invasão da privacidade dos cidadãos, usando meios electrónicos. Se é certo que a outros compete a iniciativa legislativa, tudo recomenda que quem lida com estas matérias as estude, aprofunde, elabore estatísticas, modelos de análise, apresente propostas, enfim, reflecta sobre esta realidade em que vivemos.

A APDSI tem consciência de que este labor só terá proveitos se assentar no contributo de várias especialidades e, assim, pensou na criação, à semelhança do que sucede noutros países europeus, de uma estrutura flexível, sob a forma de um fórum de reflexão sobre os Direitos na Internet.

Pretende-se organizar e realizar um debate público onde sejam abordadas matérias relevantes para a Sociedade de Informação, como por exemplo: a gestão de nomes de domínio, a protecção de dados pessoais, a privacidade e a informatização dos tribunais, entre outros.

Nº: 4100

Natureza: Iniciativa de Debate Público

Líder: Manuel Lopes Rocha

Na sequência de iniciativas anteriores em que a APDSI atribuiu prémios no âmbito de actividades escolares, pretende-se dinamizar, junto das escolas de Ensino Superior, o reconhecimento a melhores alunos e/ou melhores trabalhos focados em temas relacionados com a Sociedade da Informação.

Prémios Escolares APDSI

Nº: 4101

Natureza: Prémio

Líder: Direcção da APDSI

2.5. OUTRAS ACTIVIDADES

Após os primeiros cinco anos de vida da APDSI, a Direcção considera oportuno e adequado desenvolver os esforços necessários no sentido de ser reconhecido à associação o estatuto de Associação de Utilidade Pública.

Para além da consolidação de imagem pública da Associação que decorrerá naturalmente de tal estatuto, ser-lhe-á também possível poder usufruir, com enquadramento legal, de benefícios importantes para o seu desenvolvimento, nomeadamente, cenários de mecenato e enquadramento fiscal mais favorável.

Obtenção do Estatuto de Utilidade Pública para a APDSI

Nº: 9085

Natureza: Actividade Interna

Líder: Direcção APDSI

A evolução dos sistemas operativos, as exigências impostas pelo *software* aplicacional têm tornado cíclica e vertiginosa a aquisição de um grande número de computadores pessoais, não apenas para uso doméstico, mas também para renovação de parques informáticos empresariais.

Assim, os computadores pessoais e restante equipamento informático utilizados nas empresas e na Administração Pública são frequentemente substituídos por equipamentos mais evoluídos tecnologicamente quando ainda se encontram em condições de utilização nas principais funções básicas com níveis de exigência inferiores.

O desmantelamento desses equipamentos e depósito nos aterros sanitários levanta problemas ambientais diversos para além da perda do seu potencial de utilização noutros contextos. Muitos dos computadores substituídos em vez de se juntarem às toneladas de desperdício poderiam ser utilmente encaminhados para usos alternativos em situações menos exigentes. Deste modo, faz todo o sentido, numa perspectiva abrangente, encontrar alternativas para a sua reutilização para fins sociais, nomeadamente em escolas, lares de terceira idade, associações culturais, recreativas e desportivas, e outras organizações com fins não lucrativos.

A criação de condições que permitam conjugar a oferta (Empresas e Administração Pública) com a procura (instituições de natureza social), poderá ser conseguida pela criação de uma “bolsa” de equipamento, baseada em meios electrónico, acessível e actualizável pelas diversas entidades, acção que constitui objectivo desta iniciativa da APDSI.

Bolsa de Equipamento Informático Usado, para Fins de Natureza Social

Nº: 9021

Natureza: Actividade Regular

Líder: Direcção da APDSI

No ano de 2005 a APDSI lançou um projecto destinado à recolha, sistematização e divulgação da terminologia portuguesa considerada mais adequada para representar os conceitos relevantes da Sociedade da Informação em que vivemos.

Esse projecto conduziu à elaboração de um documento intitulado “Glossário da Sociedade da Informação”, onde foram incluídos mais de quatrocentos termos em português, com os equivalentes em inglês e as respectivas definições em português, para além de outros itens auxiliares que contribuem para uma melhor compreensão dos termos seleccionados (classificação gramatical, sinónimos e termos relacionados).

O trabalho foi continuado pelo grupo durante o ano passado, sendo possível publicar em 2008 uma nova versão que conterà praticamente todos os termos da versão original, embora sujeitos a uma cuidadosa revisão, e incluirá os resultados da recolha e tratamento de novos termos.

Glossário da Sociedade da Informação - Versão 2008

Nº: 9040-03

Natureza: Estudo

Líder: José Palma Fernandes

Em Setembro de 2005 a APDSI foi aceite como representante de Portugal na *International Federation for Information Processing* (IFIP), uma das mais antigas e prestigiadas agremiações internacionais no domínio das Tecnologias da Informação.

Importa agora potenciar e valorizar a participação portuguesa nessa federação, mediante o envolvimento de cientistas e membros oriundos dos meios empresariais nas suas actividades, nomeadamente nos Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho, e ainda promovendo a realização de eventos de natureza científica e técnica no nosso País.

Para atingir estes objectivos a APDSI criou uma estrutura de coordenação específica designada por Grupo de Coordenação IFIP (GCI).

Em conformidade com as regras em vigor na IFIP, o GCI propôs oportunamente aos Comitês Técnicos um conjunto de representantes nacionais, os quais foram todos aceites e nomeados.

Vários desses representantes levaram a efeito no passado eventos da IFIP em Portugal, pelo que essa experiência irá ser continuada em 2008 estando já agendadas diversas realizações.

Participação de Portugal na IFIP

N.º 4064-03

Natureza: Actividade regular

Líder: Francisco Tomé

2.6. EM CURSO

A emergência da consciência alargada da responsabilidade social, dos indivíduos e das organizações, vem gerando indubitavelmente um nível crescente de activismo social, contrapondo ao afunilamento de valores do neo-liberalismo económico uma sociedade de “causas”.

Esta Sociedade de “causas” instancia-se através da capacidade de mobilização social, da celeridade em “passar palavra”, do relacionamento social em rede fundado na dinâmica da concatenação oportunística de redes sociais individuais.

As Organizações Não Governamentais constituem-se fundamentalmente como híbridos entre esta concertação *ad-hoc* de vontades e as estruturas formais, persistentes no tempo, de cidadãos partilhando convicções com “leitura” social.

Nesta perspectiva, os movimentos cívicos poderão ser significativamente potenciados, na sua latência e no seu impacto, pela universalidade social das tecnologias da informação e da comunicação.

A Sociedade da Informação, enquanto paradigma de organização social em rede, constitui o ambiente de eleição para a expansão do activismo social.

A Sociedade da Informação como Potenciadora das Actividades das ONGs

Nº: 1048

Natureza: Estudo

Líder: António Pedro Dores

As Tecnologias da Informação e Comunicação estão a tornar-se num instrumento importante não só na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, mas também no reforço da democracia.

O grande desafio está em garantir o acesso universal, aumentar a literacia e garantir a confiança para que todos beneficiem deste potencial tecnológico.

A democracia electrónica vai muito para além da votação e disponibilização de informação sobre os candidatos através da Internet, trata-se de uma nova forma de fazer com que o cidadão comum participe em discussões e interacções com os poderes políticos, fazendo ouvir a sua voz, não apenas durante as campanhas eleitorais, mas também nos períodos intercalares e a propósito dos problemas da sua vida quotidiana.

Pretende-se com este estudo analisar as oportunidades e constrangimentos da utilização dos meios da sociedade da informação no exercício da cidadania activa.

O Desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal

Nº: 1003

Natureza: Estudo

Líder: Filipe Montargil

Neste estudo pretende-se analisar as opções estratégicas, desempenho económico, modelos de decisão, concorrência, regulação, orientação da despesa pública, eficácia e eficiência dos investimentos essenciais à construção da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Esta reflexão é de grande relevância num contexto de opções políticas que envolvam o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento numa perspectiva estratégica.

Temos presente que o contributo desse desenvolvimento para a melhoria de produtividade, controlo da despesa pública e para a competitividade da economia portuguesa é relevante, num contexto em que a construção da Sociedade da Informação é apresentada como um desígnio inquestionável, sendo essencial sistematizar o quadro de condicionantes a que esta está sujeita.

Condicionantes Económicas da Construção da Sociedade da Informação

Nº: 2052

Natureza: Estudo

Líder: Teodora Cardoso

A Sociedade da Informação deve ser antes de tudo uma "sociedade para todos". Quando falamos de tecnologias falamos inevitavelmente em exclusão social, pois cada tecnologia actual e emergente apresenta dificuldades previsíveis e imprevisíveis de utilização, e dificulta o acesso a um grande número dos seus potenciais beneficiários. Não são apenas os formalmente considerados cidadãos com necessidades especiais aqueles que não têm acesso aos recursos e às oportunidades da Sociedade da Informação, a pobreza, a iliteracia, a interioridade e as minorias étnicas são alguns dos outros factores de exclusão que é precisamos ter em conta.

A tecnologia, por muito inovadora que seja, só é eficaz quando passa a fazer parte integrante da cultura e da sociedade e isto só acontece quando é uma tecnologia capaz de interagir amistosamente com o ser humano, como parte integrante do seu meio e não como intrusa e ameaçadora.

Se as tecnologias são potencialmente excludoras, paradoxalmente elas também possuem um enorme potencial de inclusão das pessoas no seu meio. As tecnologias são, por definição, um prolongamento do indivíduo na sua relação com o meio físico e social e o sucesso desta relação constitui desde sempre a principal motivação da descoberta tecnológica.

Pretende-se com este estudo identificar as barreiras ao acesso universal da população aos benefícios da Sociedade da Informação e do Conhecimento, evitando a todo o custo o seu potencial de exclusão.

Promover a Inclusão pela Via da Sociedade da Informação e do Conhecimento

Nº: 1005

Natureza: Estudo

Líder:

A Sociedade da Informação tem vindo a constituir nos últimos anos uma preocupação dos governos nacionais e comunitários, ocupando cada vez mais um lugar privilegiado nas agendas políticas.

Desde os modelos de governação mais centralizadores aos mais descentralizados ou federalistas, a Sociedade da Informação constitui sem dúvida um esforço colectivo de governos, mercado empresarial e população em geral.

O papel do Estado -- enquanto entidade consumidora, reguladora e financiadora das tecnologias da Sociedade da Informação -- é alvo de divergências e perspectivas muitas vezes contraditórias.

Um Estado mais implementador ou mais regulador, uma soberania única ou partilhada e o papel da Sociedade são algumas das visões de Governação que a APDSI se propõe estudar.

Modelos de Governação na Sociedade da Informação e do Conhecimento

Nº: 1047

Natureza: Estudo

Líder: Luís Borges Gouveia

A Sociedade da Informação tem vindo a suscitar um conjunto de questões relativas ao posicionamento e defesa do consumidor.

Temas como as compras à distância, protecção em caso de incumprimento, prestação e aquisição de serviços da Sociedade da Informação, protecção de dados pessoais e muitas outras, levam a que se considere oportuna uma reflexão alargada sobre esta problemática.

Nomeadamente a questão do acesso à Internet, englobando o acesso universal e a Qualidade de Serviço dos fornecedores nacionais de acesso à rede global serão certamente temas a abordar.

Pretende-se que esta reflexão, concretizada numa conferência nacional, constitua uma primeira fase de um estudo a desenvolver no quadro de futuros planos de actividade.

O Consumidor na Sociedade da Informação

Nº: 1067

Natureza: Conferência

Líder: Joaquim Carrapiço

Desde o Livro Branco de Jacques Delors “Crescimento, Competitividade, Emprego - Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI”, publicado em Dezembro de 1993 que é comumente aceite a importância do desenvolvimento da sociedade da informação para o aumento da competitividade de um país nas suas múltiplas vertentes e, em particular, na componente industrial.

Essa mesma evidência sobressai no relatório Bangemann “A Europa e a Sociedade Global da Informação - Recomendações ao Conselho Europeu”, publicado em Maio de 1994, bem como no outro lado do Atlântico nos documentos produzidos sob a coordenação do Vice-Presidente Al Gore.

Em Portugal nunca se analisou com suficiente profundidade os contributos potenciais da Sociedade da Informação no aumento da competitividade da indústria portuguesa, nomeadamente na sua capacidade de inovar e de se adaptar a mercados progressivamente mais exigentes.

Com este estudo pretende-se sensibilizar os empresários portugueses para a importância dos investimentos em TIC como meio de aperfeiçoamento organizacional e de incentivo à inovação no tecido produtivo, geradores de aumentos de competitividade empresarial, sustentáveis numa economia em permanente mutação.

A Competitividade da Indústria Portuguesa e a sua Relação com o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Nº: 2009

Natureza: Estudo

Líder: Joaquim Azevedo

Entende-se por parceria público-privada (PPP) o contrato ou a união de contratos, por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, e em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.

Em todos os tipos de PPP coexistem em maior ou menor grau três dimensões: a económica, a social e a tecnológica, sendo que as finalidades essenciais são o acréscimo de eficiência na afectação de recursos públicos e a melhoria qualitativa e quantitativa do serviço, induzida por formas de controlo eficazes que permitam a sua avaliação permanente por parte dos potenciais utentes e do parceiro público.

No âmbito das PPP incumbe ao parceiro público o acompanhamento e o controlo da execução do objecto da parceria, de forma a garantir que são alcançados os fins de interesse público subjacentes, e ao parceiro privado cabe o financiamento e o exercício e a gestão da actividade contratada, sendo que o parceiro público garante ao privado uma margem mínima de lucro no empreendimento, desde que o parceiro privado cumpra as exigências acertadas no contrato.

A favor das PPP refere-se à possibilidade de o sector privado transferir para o sector público características estimuladoras da inovação e de capacidade de gestão, a libertação de recursos para investimentos noutras áreas e, ainda, a distribuição de riscos entre as partes, procurando afectá-los à parte que tem os menores custos para os suportar.

Parcerias Público-Privado (PPP) no Contexto da Sociedade da Informação

Nº: 3057

Natureza: Conferência

Líder: Luís Nazaré

Muitos dos serviços públicos são cada vez mais prestados no âmbito das regiões e das Autarquias, confirmando a tendência descentralizadora das modernas administrações públicas. Paralelamente aos serviços de proximidade, os cidadãos e as empresas exigem cada vez mais serviços em linha, que tirem partido de todas as potencialidades que a Sociedade da Informação hoje nos oferecem.

Desta forma a Administração Pública regional e local estará a dar um importante contributo para a sua desburocratização e transparência, para a melhoria da qualidade de vida do cidadão e para o reforço da cidadania.

Com o objectivo de contribuir para a discussão do impacto da Sociedade da Informação no âmbito da administração pública regional e local e dos seus agentes, de modo a que o cidadão possa vir a ter acesso a cada vez mais e melhores serviços públicos *on-line*, a APDSI propõe-se organizar *workshops* sobre as perspectivas de desenvolvimento da Sociedade da Informação nas autarquias locais.

Administração Pública Local – Perspectivas de Desenvolvimento no Âmbito da Sociedade da Informação

Nº: 3056

Natureza: *Workshop*

Líder: Carlos Zorrinho e
Leonel Santos

O trabalho na sociedade da informação e do conhecimento tem-se caracterizado por uma mutação progressiva do analógico para digital e do paradigma da máquina para o paradigma da rede, relativizando os milenares constrangimentos de espaço e tempo.

Enquanto na sociedade industrial o trabalho se caracterizava pelo isolamento, pela rigidez de contexto, a rotina e a mecanização, na sociedade da informação e do conhecimento o trabalho é desempenhado em comunidade virtual, em interacção e conhecendo-se o seu contexto global.

Em vez de processos mecânicos, o trabalho em rede caracteriza-se por processos orgânicos, complexos e baseados em fluxos dinâmicos.

Os novos trabalhadores do conhecimento deixarão cada vez mais de usar canetas e papel, passando a autenticar trabalhos e decisões através de assinaturas electrónicas e a trabalhar lado a lado com processos decisórios distribuídos, automatizados por regras e algoritmos computacionais. O ambiente de trabalho destes novos trabalhadores será maioritariamente o Portal da organização a que pertence, em qualquer momento e em qualquer lugar, onde para além da resolução dinâmica de algumas rotinas quotidianas, como a simples justificação de faltas e a marcação de férias, todos reconhecerão as tarefas substantivas e mais ou menos críticas que lhes são cada vez mais solicitados neste novo ambiente (electrónico) de trabalho.

Este estudo pretende ser um contributo para a análise dos impactes dos novos ambientes digitais no mundo do trabalho e ajudar a identificar barreiras e contextos desajustados ao desenvolvimento de novas formas de trabalho na sociedade da informação e do conhecimento.

Evolução do Analógico para o Digital no Domínio do Trabalho

Nº: 1024

Natureza: Estudo

Líder: António Brandão Moniz

O mundo está a entrar numa nova Era evidenciando-se alguns sinais que fazem adivinhar mudanças radicais no equilíbrio de forças que suporta a teia global de relações internacionais, conduzindo a um novo capítulo da História.

Actualmente qualquer cenário associado à sociedade moderna decorre de mudanças que se iniciaram com o 11 de Setembro de 2001, o qual constituiu a pedra de toque para uma tentativa de mudança do sistema mundial e que se revela mais premente à medida que se vão conjugando diversos outros aspectos societários.

É um facto que poderes que historicamente se concentravam (tecnologia, informação, e comércio) para dar poder a um Estado, estão hoje espalhados pelo mundo. O desenvolvimento tecnológico e científico é um factor que contribui de forma decisiva para a mudança que se aproxima, sendo a tecnologia, na sua generalidade, um dos factores que mais alteram o pensamento estratégico.

Pretende-se com este estudo reflectir sobre o papel que as TICs, como parte importante do conjunto das tecnologias modernas, podem desempenhar na sociedade, nomeadamente influenciando a segurança - dos cidadãos e da sociedade no seu todo, sem descurar a protecção dos direitos, liberdades e garantias fundamentais

As TICs para um Mundo Mais Seguro

Nº: 1077

Natureza: Estudo

Líder: Mário Carmo Durão

Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento significativo na utilização de tecnologias da sociedade da informação na criação de Comunidades de Prática, ou seja, grupos de pessoas de uma mesma área de conhecimento que compartilham experiências na solução de problemas, ideias e melhores práticas, visando preservar e melhorar as suas competências.

Estes grupos são constituídos por pessoas e/ou instituições que possuem objectivos, interesses, preocupações ou problemas comuns e que voluntariamente decidem partilhar e trocar ideias, experiências e conhecimentos. Nas organizações (públicas e privadas) as comunidades de prática garantem cada vez mais o fluir do conhecimento através das diversas unidades organizacionais, promovendo o seu funcionamento colectivo integrado.

Elas facilitam e aceleram a partilha de Melhores Práticas, de Lições Aprendidas e de qualquer outro conhecimento, rompendo as fronteiras formais da organização.

A APDSI pretende desenvolver um estudo sobre a situação das comunidades de prática no nosso país, analisando os benefícios e os riscos associados à sua utilização cívica e empresarial.

Comunidades de Prática no Espaço Digital

Nº: 1079

Natureza: Estudo

Líder: João Álvaro Carvalho

A existência de mecanismos que protejam cidadãos e empresas da utilização abusiva dos seus dados constitui uma garantia fundamental num Estado de direito democrático. Nesse sentido o nº 5 do artigo 35º da Constituição da República Portuguesa determina a proibição da atribuição de um número nacional único aos cidadãos.

Embora as leis nacionais visem a protecção de alguns direitos, existem diferenças que podem criar obstáculos à livre circulação de informação e encargos adicionais aos operadores económicos e aos cidadãos. Em certos casos, pode haver um conflito entre dois valores constitucionalmente previstos: o direito à informação (que pode ser titulado por várias pessoas), e o direito à reserva da vida privada (do qual faz parte a protecção dos dados pessoais). Encontramo-nos assim perante a existência de dois direitos antagónicos.

A realização eficaz e eficiente dos fins do Estado no domínio da promoção da justiça e da igualdade, e também no que respeita à prestação de um serviço completo e de qualidade aos cidadãos (contribuindo para a transparência da administração pública, para a redução de custos e para o aumento da produtividade ao nível do País), conduz-nos a posições muitas vezes controversas sobre a actualidade e conveniência do artigo 35º da Constituição.

A APDSI propõe-se dar início a um debate público sobre a actualidade e a conveniência decorrente dos termos actuais do artigo 35º da Constituição da República Portuguesa, através de conferência sobre os “Prós e Contras” de cada uma das opções em relação ao futuro do “Número Único”.

Art. 35º da Constituição Portuguesa – Número Único Sim ou Não?

Nº: 1075

Natureza: Conferência

Líder: João Matias

Os Desafios da Economia da Informação (Fase 1)

Quem está na nova economia, nascida com o que alguns chamam a “Revolução da Informação”, dá-se conta de múltiplos paradoxos que inspiraram nos últimos anos o pensamento de autores bastante controversos.

Na medida em que a disponibilidade da tecnologia aumenta e os custos diminuem, alguns autores preferem classificar as TIC como mercadorias (*commodities*), passando a ser cada vez menos determinantes do ponto de vista estratégico. Será que é mesmo assim?

As novas regras da concorrência, as transformações nos vários sectores, o funcionamento das novas empresas e ambientes operacionais interligados em rede, as novas ferramentas de negócio electrónico (*e-business*), a administração pública electrónica (*e-government*), a universalidade do acesso e a exclusão social, são alguns dos temas críticos na emergência da moderna Economia da Informação.

Hoje em dia são frequentes os produtos e serviços baseados na informação e no saber, de relevância económica crescente, que em virtude do seu baixo custo de reprodução e de distribuição lançam novos desafios e novas questões e desencadeiam novas oportunidades.

Dada a volatilidade observada neste sector da economia nos últimos anos, e os desafios que se colocam à sociedade contemporânea, a APDSI propõe-se elaborar um estudo sobre o estado e as tendências da Economia da Informação em Portugal.

Nº: 1044

Natureza: Estudo

Líder: Joaquim Alves Lavado

RFID (*Radio Frequency Identification*) representa o termo genérico para a tecnologia de comunicação que usa ondas de rádio para comunicar automaticamente a identificação de itens/objectos individuais. Esta tecnologia está directamente associada á mudança que se está a operar actualmente de um mundo centrado no PC para um mundo de dispositivos sempre ligados em rede. Representa uma tecnologia potencialmente disruptiva que se encontra já num grau de maturidade suficiente para o envolvimento dos grandes actores mundiais das tecnologias da sociedade da informação.

A representação dos itens em forma digital permite identificar e dar sentido a essa informação, em termos de negócio, nomeadamente facilitando a localização do item, o conhecimento sobre o seu estado, etc. Para tal, acresce à tecnologia rádio a componente de *middleware* capaz de tratar a informação recolhida e de a comunicar aos sistemas empresariais relevantes.

No curto prazo, a RFID não substitui (antes complementa) o código de barras e outras formas de identificação, abrindo o leque ao desenvolvimento de aplicações de que são exemplos: Logística; Localização de itens em tempo real; Etiquetagem de animais; Rastreamento de activos; Anti-roubo e Sistema de pagamentos, entre outros.

Este estudo tem como objectivo perspectivar o tipo de impactos que tal tecnologia irá ter no quotidiano das empresas e dos cidadãos, quer em termos de desenvolvimentos de novas oportunidades de modelos de negócio quer ao nível de aspectos sociológicos, como, por exemplo, a preocupação com a privacidade e a reacção à mudança.

RFID no Quotidiano da Sociedade

Nº: 2087

Natureza: Estudo

Líder: António Vidigal

O nível de desmaterialização dos suportes documentais instanciadores dos fluxos de informação de suporte à actividade económica, e a generalização da sua aceitação, constituem um dos indicadores do grau de maturidade do posicionamento dos países na concretização da Sociedade da Informação.

Esta perspectiva é compreensível na medida em que estes suportes documentais, revestindo o carácter de evidências de compromissos contratuais entre agentes económicos, estabelecem, de modo irrefutavelmente aceite pela Sociedade, o quadro de responsabilidades mútuas, válido perante as múltiplas instâncias de regulação da vida em sociedade (Justiça, Fisco, ...).

Estão deste modo no âmago dos dispositivos fundacionais da rede de confiança mútua que permite o funcionamento quotidiano das sociedades, ampliado à escala mundial pela afirmação da globalização da actividade económica.

Por estas razões, a aceitação generalizada da desmaterialização destes fluxos de informação tem um significado social que transcende largamente a respectiva relevância tecnológica e processual.

Sendo este um dos vectores de realização da Sociedade da Informação que tem conhecido em Portugal um desenvolvimento limitado a alguns sectores de actividade, importa compreender os impactos decorrentes da decisão do Governo em adoptar na Administração Pública o uso da factura electrónica, enquanto estímulo significativo de credibilidade e de massa crítica de uso.

Factura Electrónica Instrumento da Sociedade da Informação

Nº: 2081

Natureza: Estudo

Líder: João Catarino Tavares

A gestão eficiente de compras é um dos principais eixos estratégicos definidos nos vários programas e planos de acção para a Administração Pública electrónica, que visa a adopção e generalização de procedimentos electrónicos no processo aquisitivo público.

O Programa Nacional de Compras Electrónicas, aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 111/2003, pretendeu criar condições para a coordenação e operacionalização da política para o desenvolvimento das compras electrónicas em Portugal, visando um conjunto de metas a atingir, das quais se destacaram a criação de projectos-piloto em diversos ministérios, com vista à generalização; a médio prazo, dos processos de compras electrónicas a toda a Administração Pública.

Decorridos quatro anos sobre as primeiras decisões governamentais, a APDSI propõe-se efectuar uma avaliação sobre a situação das compras públicas no contexto da Sociedade da Informação e elaborar propostas concretas para a sua efectiva generalização a todo o sector público de forma transparente, económica e sustentada.

Ponto da Situação das Compras Públicas no Contexto da Sociedade da Informação

Nº: 3086

Natureza: *Workshop*

Líder: Luís Amaral

A APDSI levou a cabo uma conferência e um estudo subordinados ao tema “e-justiça - O que tem o sector da justiça a ganhar com o desenvolvimento da Sociedade da Informação”, em que se procurou promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir de forma a melhorar o funcionamento da Justiça, por exemplo, considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento do trabalho cooperativo entre todos os intervenientes no sistema judiciário.

Constatou-se a urgência da adopção de sistemas de gestão documental e *workflow*, técnicas de controlo de processos e de cargas de trabalho, de forma a tornar mais fluido e eficiente o funcionamento da Justiça em Portugal.

Contudo, o tema da transformação do sistema de administração da justiça para um paradigma digital é muito vasto e requer que se prossiga com a análise dos contributos da sociedade da informação e do conhecimento para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e aumento da sua eficácia.

Este estudo pretende prosseguir com esse trabalho apresentando novos contributos e uma nova visão dos benefícios susceptíveis de serem alcançados no contexto do sector da justiça.

e-Justiça (Fase 2)

Nº: 3033-02

Natureza: Estudo

Líder: João Bilhim

Após a elaboração e divulgação do estudo Geo-Competitivo foi possível constatar que, com a entrada em funções do novo Governo e após cerca de 10 anos de interregno, a Informação Espacial no suporte à Gestão do Território voltou a ser considerada, pelo Estado, como estratégica para Portugal.

Ações planeadas e cabimentadas financeiramente por várias Instituições permitem acalentar a visão que Portugal consiga modernizar-se rapidamente uma vez que os principais entraves identificados no Estudo Geo-Competitivo estão a desaparecer.

Assim pretende-se criar um grupo de trabalho, composto exclusivamente por cidadãos peritos na área (e não representantes de instituições) que permita definir um Arquitectura Organizacional que tenha como objectivo a criação de uma rede Organizacional na qual seja possível, em Tempo Real e em Segurança, através da *Web*, o acesso a Informação Espacial e, principalmente a Serviços de Valor Acrescentado, interligando os vários tipos de entidades entre si, nomeadamente: Administração Central, Administrações Regionais, Administrações Locais, Empresas (Produtoras de Informação Espacial, Consultoras, Gestoras de infra-estruturas nacionais ou locais, etc.), Instituições de Ensino, Cidadãos, etc.).

Na operacionalização da iniciativa pretende-se aproveitar os resultados de outros Grupos de Estudo da APDSI assim como das suas experiências organizacionais.

Geo-Competitivo II: Arquitecturas Organizacionais Suportadas em Informação Espacial

Nº: 3031-02

Natureza: Estudo

Líder: Mário Rui Gomes

3. CONCLUSÕES

O programa de actividades deste ano prossegue na linha de continuidade das acções levadas a cabo em anos anteriores.

O esforço em 2008 irá prosseguir no sentido de reforçar a solidez da APDSI pelo aumento da massa associativa individual e de uma melhoria da cobertura das empresas dos sectores das tecnologias da informação e das comunicações, da consultoria especializada nesses domínios e de algumas empresas dos *media*, como sócios institucionais, que já hoje apresenta indicadores notáveis.

A execução deste programa continua a representar um desafio à capacidade mobilizadora da sociedade civil. A sua concretização requer o envolvimento das entidades com capacidade financiadora sem as quais as actividades propostas ficarão inviabilizadas.

Os prémios “Personalidade do Ano da Sociedade da Informação”, “Editorial”, e a homenagem a “Uma Vida”, com patrocínios já assegurados e apoio de um grande órgão de comunicação social, irão continuar a dar um contributo decisivo para a mediatização dos objectivos da Associação. Idêntico resultado espera obter-se com a prossecução da actividade do “Grupo de Alto Nível”.

As condições de sustentabilidade da actividade da associação são reforçadas através da operacionalização de Grupos Permanentes focados em áreas relevantes de intervenção da Sociedade da Informação (Saúde, Justiça, Educação, Negócio Electrónico e Fórum Profissional), que passarão a permitir a intervenção da APDSI nesses domínios de uma forma continuada

Não é forçoso que todas as iniciativas incluídas nesta proposta de programa sejam executadas. Será esclarecedor identificar aquelas que venham a receber apoio, na medida que esse próprio facto é indiciador da sua relevância para os agentes económicos, instituições públicas e sociedade em geral.

Não é de excluir que algumas destas propostas sejam concretizadas através da mobilização de fundos da própria Associação, se houver capacidade para os gerar. Nesse sentido, a APDSI irá prosseguir uma política de atracção de ‘Patrocínios Globais’, não adstritos a actividades específicas, como forma de financiamento de iniciativas que pela sua natureza não devam ter patrocínios directos associados.

A Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal será também o reflexo do empenho que a sociedade civil conseguir demonstrar. Estamos perante um desafio em que Portugal e a sua sociedade civil têm uma missão a desempenhar para assegurar o seu próprio futuro.

A prossecução deste conjunto de actividades representa o compromisso da APDSI com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e o aumento de competitividade dos agentes económicos portugueses, que julgamos ser possível apenas através da absorção dos paradigmas da Sociedade da Informação e do Conhecimento, num contexto democrático e de economia aberta. Felizmente, esta mesma temática tem vindo a ter reflexo no discurso político. Neste contexto, o esforço da APDSI terá de ser intensificado para que esse discurso se concretize num quadro abrangente de acções mobilizadoras de toda a sociedade.

APDSI

ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA
INFORMAÇÃO

Madan Parque - PCTAS
Edifício VI, Campus da Caparica
Torre - Monte de Caparica
2825-149 Caparica - Portugal

Tel.: +351 212 949 606

Fax: +351 212 949 607

E-mail: secretariado@apdsi.pt

URL: www.apdsi.pt